

28. A graça e as virtudes

A graça é a fonte da obra de santificação; cura e eleva a natureza fazendo-nos capazes de agir como filhos de Deus.

28/01/2015

1. A graça

Deus chamou o homem a participar da vida da Santíssima Trindade. “Esta vocação para a vida eterna é *sobrenatural*” (*Catecismo*, 1998)[1]. Para nos conduzir a este fim último sobrenatural, concede-nos já nesta

terra um início dessa participação que será plena no céu. Este dom é a graça santificante, que consiste em uma “incoação da glória”[2]. Por tanto, a *graça santificante*:

- “é o dom gratuito que Deus nos concede de sua vida, infundida pelo Espírito Santo em nossa alma, para curá-la do pecado e santificá-la” (*Catecismo*, 1999);
- “é uma *participação na vida divina*” (*Catecismo*, 1997; cfr. 2 Pe 1, 4), que nos diviniza (cfr. *Catecismo*, 1999);
- é, portanto, uma *nova vida*, sobrenatural; como um novo nascimento pelo qual somos constituídos em filhos de Deus por adoção, partícipes da filiação natural do Filho: “filhos no Filho”[3];
- introduz-nos assim na intimidade da vida trinitária. Como filhos adotivos, podemos chamar “Pai” a

Deus, em união com o Filho único (cfr. *Catecismo*, 1997);

- “é graça de Cristo”, porque na situação presente — isto é, depois do pecado e da Redenção feita por Jesus Cristo — a graça chega-nos como participação da graça de Cristo (*Catecismo*, 1997): “Todos nós recebemos da sua plenitude graça sobre graça” (*Jo 1, 16*). A graça nos configura com Cristo (cfr. *Rm 8, 29*);
- é “graça do Espírito Santo”, porque é infundida na alma pelo Espírito Santo[4].

A graça santificante chama-se também graça *habitual* porque é uma disposição estável que aperfeiçoa a alma pela infusão de virtudes, para fazê-la capaz de viver com Deus, de agir por seu amor (cfr. *Catecismo*, 2000)[5].

2. A justificação

A primeira obra da graça em nós é a justificação (cfr. *Catecismo*, 1989). Chama-se justificação a passagem do estado de pecado ao estado graça (ou “de justiça”, porque a graça faz-nos “justos”)[6]. Esta tem lugar no Batismo e a cada vez que Deus perdoa os pecados mortais e infunde a graça santificante (normalmente no sacramento da penitência)[7]. A justificação “é a obra mais excelente do amor de Deus” (*Catecismo*, 1994; cfr. *Ef* 2, 4-5).

3. A santificação

Deus não nega a ninguém a sua graça, porque quer que todos os homens se salvem (1 *Tm* 2, 4): todos são chamados à santidade (cfr. *Mt* 5, 48)[8]. A graça “é em nós a fonte da obra santificadora” (*Catecismo*, 1999); cura e eleva a nossa natureza fazendo-nos capazes de agir como filhos de Deus[9], e de reproduzir a imagem de Cristo (cfr. Rm 8,29): isto

é, de ser, cada um, *alter Christus*, outro Cristo. Esta semelhança com Cristo manifesta-se nas virtudes.

A santificação é o progresso em santidade; consiste na união cada vez mais íntima com Deus (cfr.

Catecismo, 2014), até chegar a ser não só outro Cristo mas *ipse Christus*, o mesmo Cristo[10]: isto é, uma só coisa com Cristo, como membro seu (cfr. 1 Co 12, 27). Para crescer em santidade é necessário cooperar livremente com a graça, e isto requer esforço, luta, por causa da desordem introduzida pelo pecado (o *fomes peccati*). “Não existe santidade sem renúncia e sem combate espiritual” (*Catecismo*, 2015)[11].

Em consequência, para vencer na luta ascética, antes de mais nada há que pedir a Deus a graça mediante a oração e a mortificação —“a oração dos sentidos”[12] – e receber-la nos sacramentos[13].

A união com Cristo só será definitiva no Céu. É preciso pedir a Deus a graça da perseverança final: isto é, o dom de morrer em graça de Deus (cfr. *Catecismo*, 2016 e 2849).

4. As virtudes teologais

A *virtude*, em general, “é uma disposição habitual e firme a fazer o bem” (*Catecismo*, 1803)[14]. “As *virtudes teologais* referem-se diretamente a Deus. Dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade” (*Catecismo*, 1812). “São infundidas por Deus na alma dos fiéis para torná-los capazes de agir como seus filhos” (*Catecismo*, 1813)[15]. As virtudes teologais são três: fé, esperança e caridade (cfr. 1 Co 13, 13).

A *fé* “é a virtude teologal pela que cremos em Deus e em tudo o que Ele nos disse e revelou, e que a Santa Igreja nos propõe para crer” (*Catecismo*, 1814). Pela fé “o

homem entrega-se inteira e livremente a Deus”[16], e se esforça por conhecer e fazer a vontade de Deus: “O justo viverá pela fé” (*Rm 1,17*)[17].

— “O discípulo de Cristo não deve só guardar a fé e nela viver, mas também professá-la, testemunhá-la com firmeza e difundi-la” (*Catecismo*, 1816; cfr. *Mt 10,32-33*).

A *esperança* “é a virtude teologal pela qual desejamos como nossa felicidade o Reino dos Céus e a Vida Eterna, pondo nossa confiança nas promessas de Cristo e apoiando-nos não em nossas forças, mas no socorro da graça do Espírito Santo” (*Catecismo*, 1817)[18].

A *caridade* “é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas, por si mesmo, e a nosso próximo como a nós mesmos, por amor de Deus” (*Catecismo*, 1822). Este é o *mandamento novo* de Jesus

Cristo: “amai-vos uns aos outros, como eu vos amei” (*Jo 15,12*)[19].

5. As virtudes humanas

“As *virtudes humanas* são atitudes firmes, disposições estáveis, perfeições habituais do entendimento e da vontade que regulam nossos atos, ordenando nossas paixões e guiando-nos segundo a razão e a fé. Propiciam, assim, facilidade, domínio e alegria para levar uma vida moralmente boa” (*Catecismo*, 1804). Estas “são adquiridas humanamente; são os frutos e os germes de atos moralmente bons” (*Catecismo*, 1804)[20].

Entre as virtudes humanas há quatro chamadas *cardeais* porque todas as demais se agrupam em torno delas. São a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança (cfr. *Catecismo*, 1805).

— A *prudência* “é a virtude que dispõe a razão prática a discernir, em qualquer circunstância, nosso verdadeiro bem e a escolher os meios adequados para realizá-lo” (*Catecismo*, 1806). É a “regra reta da ação”[21].

— A *justiça* “é a virtude moral que consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido” (*Catecismo* 1807)[22].

— A *fortaleza* “é a virtude moral que dá segurança nas dificuldades, firmeza e constância na procura do bem. Ela firma a resolução de resistir às tentações e superar os obstáculos na vida moral. A virtude da fortaleza nos torna capazes de vencer o medo, inclusive da morte, de suportar a provação e as perseguições. Dispõe a pessoa a aceitar até a renúncia e o sacrifício de sua própria vida para

defender uma causa justa” (*Catecismo*, 1808)[23].

— A *temperança* “é a virtude moral que modera a atração pelos prazeres e procura o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos” (*Catecismo*, 1809). A pessoa temperada orienta para o bem seus apetites sensíveis, e não se deixa arrastar pelas paixões (cfr. Sir 18, 30). No Novo Testamento é chamada “moderação” ou “sobriedade” (cfr. *Catecismo*, 1809).

Com respeito às virtudes morais, afirma-se que *in medio virtus*. Isto significa que a virtude moral consiste em um meio entre um defeito e um excesso[24]. *In medio virtus* não é uma chamada à mediocridade. A virtude não é o meio-termo entre dois ou mais vícios, mas a retidão da vontade que — como um cume — se

opõe a todos os abismos que são os vícios[25].

6. As virtudes e a graça. As virtudes cristãs

As feridas deixadas pelo pecado original na natureza humana dificultam a aquisição e o exercício das virtudes humanas (cfr.

Catecismo, 1811)[26]. Para adquiri-las e praticá-las, o cristão conta com a graça de Deus que cura a natureza humana.

A graça, também, ao elevar a natureza humana a participar da natureza divina, eleva essas virtudes ao plano sobrenatural (cfr.

Catecismo, 1810), levando a pessoa humana a atuar segundo a reta razão iluminada pela fé: em uma palavra, a imitar a Cristo. Deste modo, as virtudes humanas chegam a ser virtudes cristãs[27].

7. Os dons e frutos do Espírito Santo

“A vida moral dos cristãos é sustentada pelos *dons do Espírito Santo*. Estes são disposições permanentes que tornam o homem dócil para seguir os impulsos do mesmo Espírito” (*Catecismo*, 1830)[28]. Os dons do Espírito Santo são (cfr. *Catecismo*, 1831):

1º dom de sabedoria: para compreender e julgar com acerto a respeito dos desígnios divinos;

2º dom de entendimento: para a compreensão da verdade sobre Deus;

3º dom de conselho: para julgar e cooperar com os desígnios divinos nas ações singulares;

4º dom de fortaleza: para enfrentar as dificuldades na vida cristã;

5º dom de ciência: para conhecer a ordenação das coisas criadas a Deus;

6º dom de piedade: para comportar-nos como filhos de Deus e como irmãos de nossos irmãos os homens, sendo outros Cristos;

7º dom de temor de Deus: para evitar todo o que possa ofender a Deus, como um filho evita, por amor, o que pode ofender a seu pai.

Os *frutos do Espírito Santo* “são perfeições que o Espírito Santo forma em nós como primícias da glória eterna” (*Catecismo*, 1832). São atos que a ação do Espírito Santo produz habitualmente na alma. A tradição da Igreja enumera doze: “caridade, alegria, paz, paciência, longanimidade, bondade, benignidade, mansidão, fidelidade, modéstia, continênci, castidade” (*Gá 5, 22-23*).

8. Influência das paixões na vida moral

Pela união substancial da alma e do corpo, a nossa vida espiritual — o conhecimento intelectual e o livre querer da vontade — encontra-se sob a influência (para bem ou para mau) da sensibilidade. Esta influência manifesta-se nas paixões que são impulsos da “sensibilidade que inclinam a agir ou não agir em vista do que é experimentado ou imaginado como bom ou mau” (*Catecismo*, 1763). As paixões são movimentos do apetite sensível (irascível e concupiscível). Podem-se chamar também, em sentido amplo, “sentimentos” ou “emoções”[29].

São paixões, por exemplo, o amor, a ira, o temor, etc. “A mais fundamental é o amor provocado pela atração do bem. O amor causa o desejo do bem ausente e a esperança de consegui-lo. Este movimento se

completa no prazer e na alegria do bem possuído. A percepção do mal provoca ódio, aversão e o medo do mal que está por chegar. Este movimento se completa na tristeza do mal presente ou na cólera que a ele se opõe” (*Catecismo*, 1765).

As paixões influem muito na vida moral. “Em si mesmas, não são boas nem más” (*Catecismo*, 1767). “São moralmente boas quando contribuem para uma ação boa, e más quando se dá o contrário” (*Catecismo*, 1768)[30].

Pertence à perfeição humana que as paixões estejam reguladas pela razão e dominadas pela vontade[31]. Após o pecado original, as paixões não se encontram submetidas ao império da razão, e com frequência inclinam a realizar o que não é bom[32]. Para orientá-las habitualmente ao bem são necessárias a ajuda da graça, que cura as feridas do pecado, e a luta ascética.

A vontade, se é boa, utiliza as paixões ordenando ao bem[33]. Porém a a má vontade, que segue ao egoísmo, sucumbe às paixões desordenadas ou as usa para o mal (cfr. *Catecismo*, 1768).

Francisco Díaz

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica,
1762-1770, 1803-1832 e 1987-2005.

Leituras recomendadas

São Josemaria, Homilia Virtudes humanas, em Amigos de Deus, 73-92.

[1] Esta vocação “Depende integralmente da iniciativa gratuita de Deus, pois apenas Ele pode se revelar e dar-se a si mesmo. Esta vocação ultrapassa as capacidades da

inteligência e as forças da vontade do homem, como também de qualquer criatura (cfr. 1 Co 2, 7-9)” (*Catecismo*, 1998).

[2] São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, II-II, q. 24, a. 3, ad 2.

[3] Concilio Vaticano II, Const. *Gaudium et spes*, 22. Cfr. *Rm* 8, 14-17; *Ga* 4, 5-6; *1 Jo* 3, 1.

[4] Todo dom criado procede do Dom inciado, que é o Espírito Santo. “O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (*Rm* 5, 5. Cfr. *Ga* 4, 6).

[5] Deve-se distinguir entre a *graça habitual* e as *graças atuais*, “que designam as intervenções divinas que estão na origem da conversão ou no curso da obra da santificação” (cfr. *idem*).

[6] “[A justificação] não é somente remissão dos pecados, mas também santificação e renovação do homem interior” (Concilio de Trento: DS 1528).

[7] Nos adultos, este passo é fruto da moção de Deus (graça atual) e da liberdade do homem. “Sob a moção da graça, o homem volta-se pra Deus e desvia-se do pecado, acolhendo assim o perdão e a justiça do alto [a graça santificante]” (*Catecismo*, 1989).

[8] Esta verdade quis recordá-la o Senhor, com especial força e novidade, por meio dos ensinamentos de São Josemaria, a partir de 2 de outubro de 1928. A Igreja proclamou-a no Concilio Vaticano II (1962-65): “Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade” (Concilio

Vaticano II, Const. *Lumen gentium*, 40).

[9] Cfr. São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, III, q. 2, a. 12, c.

[10] Cfr. São Josemaria, *É Cristo que passa*, 104.

[11] Mas a graça “não entra em concorrência com a nossa liberdade quando esta corresponde ao sentido da verdade e do bem que Deus colocou no coração do homem” (*Catecismo*, 1742). Pelo contrário, “a graça responde às aspirações profundas da liberdade humana, chama-a a cooperar consigo e a aperfeiçoa” (*Catecismo*, 2022). No estado atual da natureza humana, ferida pelo pecado, a graça é necessária para viver sempre de acordo com a lei moral natural.

[12] São Josemaria, *É Cristo que passa*, 9.

[13] Para atingir a graça de Deus contamos com a intercessão de nossa Mãe Maria Santíssima, Mediadora de todas as graças, e também com a de São José, dos Anjos e dos Santos.

[14] Os vícios são, pelo contrário, hábitos morais que seguem às obras más, e inclinam a repeti-las e a piorar.

[15] De modo análogo a como a alma humana age através de suas potências (entendimento e vontade), o cristão em graça de Deus age através das virtudes teologais, que são como as potências da “nova natureza” elevada pela graça.

[16] Concilio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 5.

[17] A fé manifesta-se em obras: a fé viva “opera pela caridade” (*Ga 5, 6*), enquanto “a fé sem obras é morta” (*Ti 2, 26*), ainda que o dom da fé permanece na pessoa que não

pecou diretamente contra ela (Cfr. Concilio de Trento: DS 1545).

[18] Cfr. *Hb* 10, 23; *Tt* 3, 6-7. “A virtude da esperança responde à aspiração de felicidade colocada por Deus no coração de todo homem” (*Catecismo*, 1818): apura-o e eleva-o; protege do desalento; dilata o coração na espera da bem-aventurança eterna; preserva do egoísmo e conduz à alegria (cfr. *idem*).

Devemos esperar a glória do céu prometida por Deus aos que lhe amam (cfr. *Rm* 8, 28-30) e fazem sua vontade (cfr. *Mt* 7, 21), seguros de que com a graça de Deus podemos “perseverar até o fim” (cfr. *Mt* 10, 22) (cfr. *Catecismo*, 1821).

[19] — A caridade é superior a todas as virtudes (cfr. *1 Cor* 13, 13). “Se não tiver caridade, não sou nada... de nada valeria” (*1 Cor* 13, 1-3).

- “O exercício de todas as virtudes é animado e inspirado pela caridade” (*Catecismo*, 1827). É a *forma de todas as virtudes*: informa-as” ou “vivifica”, porque orienta-as ao amor de Deus; sem a caridade, as demais virtudes estão mortas.
- A caridade purifica nossa faculdade humana de amar e eleva-a à perfeição sobrenatural do amor divino (cfr. *Catecismo*, 1827). Há uma ordem na caridade. A caridade manifesta-se também na correção fraterna (cfr. *Catecismo*, 1829).

[20] Como se explicará na parte seguinte, o cristão desenvolve estas virtudes com a ajuda da graça de Deus que, ao curar a natureza, dá força para as praticar, e as ordena a um fim mais alto.

[21] São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, II-II, q. 47, a. 2, c. Leva a julgar retamente sobre o modo de agir: não retrai da ação. “Não se

confunde com a timidez ou o medo, nem com a duplicidade ou dissimulação. É chamada “*auriga virtutum*” (“cocheiro”, isto é “portadora das virtudes”), porque, conduz as outras virtudes, indicando-lhes regra e medida. Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e superamos as dúvidas sobre o bem a praticar e o mal a evitar” (*Catecismo*, 1806).

[22] O homem não pode dar a Deus o que lhe deve ou o justo em sentido estrito. Por isso, a justiça para com Deus se chama mais propriamente “virtude da religião”, “já que a Deus lhe basta apenas que cumpramos sob medida de nossas possibilidades” (São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, II-II, q. 57, a. 1, ad 3).

[23] "No mundo haveis de ter aflições. Coragem! Eu venci o mundo" (Jo 16, 33).

[24] Por exemplo, a laboriosidade consiste em trabalhar tudo o que se deve, que se consiste num ponto médio o pouco e o muito. Opõe-se à laboriosidade trabalhar menos do que o devido, perder o tempo, etc. E também se opõe trabalhar sem medida, sem respeitar todas as outras coisas que também devem ser feitas (deveres de piedade, de caridade, etc.).

[25] O princípio *in medio virtus* é válido só para as virtudes morais, as quais têm por objeto os meios para atingir o fim, e nos meios há sempre uma medida. Mas não é válido no caso das virtudes teologais, que estudamos na parte anterior. Estas virtudes (fé, esperança e caridade) têm diretamente a Deus por objeto. Por isso, não cabe um excesso: não é

possível “crer demasiado” ou “esperar demasiado em Deus” ou “amá-lo em excesso”.

[26] A natureza humana está ferida pelo pecado. Por isto tem inclinações que não são naturais, e sim consequência do pecado. Do mesmo modo que não é natural mancar, mas é consequência de uma doença, e também não seria natural que todo mundo mancasse, também não são naturais as feridas que o pecado original e os pecados pessoais deixam na alma: tendência à soberba, à preguiça, à sensualidade, etc. Com a ajuda da graça e com o esforço pessoal estas feridas podem-se ir curando, de modo que o homem seja e comporte-se como corresponde à sua natureza e à sua condição de filho de Deus. Esta *saúde* consegue-se por meio das virtudes. De modo semelhante, a *doença* agrava-se pelos vícios.

[27] Neste sentido, há uma prudência que é virtude humana, e uma prudência sobrenatural, que é virtude infundida por Deus na alma, junto com a graça. Para que a virtude sobrenatural possa produzir fruto — atos bons — precisa a correspondente virtude humana (isto mesmo sucede com as outras virtudes cardeais: a virtude sobrenatural da justiça, requer a virtude humana da justiça; e o mesmo a fortaleza e a temperança). Dito de outra maneira, a perfeição cristã — a santidade — exige e comporta a perfeição humana.

[28] Pode-se acrescentar, para ajudar a compreender a função dos Dons do Espírito Santo na vida moral, a seguinte explicação clássica: assim como a natureza humana tem umas potências (inteligência e vontade) que permitem realizar as operações de entender e querer, assim a natureza elevada pela graça tem

umas potências que lhe permitem realizar atos sobrenaturais. Estas potências são as virtudes teologais (fé, esperança e caridade). São como os remos de uma barca, que permitem avançar em direção ao fim sobrenatural. No entanto, este fim supera-nos de tal modo, que não bastam as virtudes teologais para atingi-lo. Deus concede, junto com a graça, os dons do Espírito Santo, que são novas perfeições da alma que permitem que seja movida pelo próprio Espírito Santo. São como a vela de uma barca, que lhe permite avançar com o sopro do vento. Os dons nos aperfeiçoam para fazer-nos mais dóceis à ação do Espírito Santo, que se converte assim em motor da nossa atuação.

[29] Deve-se ter em conta que também se fala de “sentimentos” ou “emoções” suprassensíveis ou espirituais, que não são propriamente “paixões” porque não

implicam movimentos do apetite sensível.

[30] Por exemplo, há uma ira boa, que se indigna ante o mau, e também há uma ira má, descontrolada ou que impulsiona ao mau (como sucede na vingança); há temor bom e há um temor mau, que paralisa para fazer o bem; etc.

[31] Cfr. São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, I-II, q. 24, aa. 1 e 3.

[32] Em ocasiões podem dominar a pessoa de tal modo, que a responsabilidade moral se reduz ao mínimo.

[33] “A perfeição moral consiste em que o homem não seja movido ao bem exclusivamente por sua vontade, mas também por seu apetite sensível, segundo a palavra do

Salmo: “Meu coração e minha carne exultam pelo Deus vivo” (*Ps 84,3*)” (*Catecismo*, 1770). “As paixões são más se o amor é mau, boas se é bom” (São Agustín, *De civitate Dei*, 14,7).

pdf | Documento gerado automaticamente de <https://opusdei.org/pt-br/article/tema-28-a-graca-e-as-virtudes/> (30/01/2026)